

LISTA DE TABELAS

Ano eleitoral	Homens (%)	Mulheres (%)
1979-1984	84	16
1984-1989	82	18
1989-1994	81	19
1994-1999	74	26
1999-2004	70	30
2004-2009	69	31
2009	65	35

Fonte: TNS opinion juntamente com o PE.

Quadro 1 - Distribuição (em percentagem) de homens e mulheres no Parlamento Europeu

Nome	Sexo	Idade	Partido Político	Família Política	Habilitações literárias	Área de educação	Experiência prévia no PE	Número de mandatos
Ana Gomes	M	57	PS	S&D	Licenciatura	Direito	Sim	2
Edite Estrela	M	61	PS	S&D	Mestrado	Filologia clássica	Sim	2
Elisa Ferreira	M	55	PS	S&D	Doutoramento	Economia	Sim	2
Ilda Figueiredo	M	62	PCP	GUE	Mestrado	Economia	Sim	3
Maria da Graça Carvalho	M	56	PSD	PPE	Doutoramento	Engenharia mecânica	Não	1
Maria do Céu Patrão Neves	M	52	PSD	PPE	Doutoramento	Filosofia	Não	1
Marisa Matias	M	35	BE	GUE	Doutoramento	Sociologia	Não	1
Regina Bastos	M	49	PSD	PPE	Licenciatura	Direito	Não	1
António Correia de Campos	H	68	PS	S&D	Doutoramento	Direito	Não	1
Carlos Coelho	H	51	PSD	PPE	Licenciatura	Economia/Engenharia	Sim	4
Diogo Feio	H	40	CDS	PPE	Mestrado	Direito	Não	1
João Ferreira	H	32	PCP	GUE	Doutorando	Ecologia	Não	1
José Manuel Fernandes	H	44	PSD	PPE	Licenciatura	Engenharia de sistemas e informática	Não	1
Luís Manuel Capoulas Santos	H	60	PS	S&D	Licenciatura	Sociologia	Sim	2
Luís Paulo Alves	H	50	PS	S&D	Licenciatura	Gestão	Não	1
Mário David	H	58	PSD	PPE	Licenciatura	Medicina	Não	1
Miguel Portas	H	53	BE	GUE	Licenciatura	Economia	Sim	2
Nuno Melo	H	45	CDS	PPE	Licenciatura	Direito	Não	1
Nuno Teixeira	H	38	PSD	PPE	Licenciatura	Direito	Não	1
Paulo Rangel	H	43	PSD	PPE	Licenciatura	Direito	Não	1
Rui Tavares	H	39	Ind.	Verdes	Mestrado	Ciências Sociais	Não	1
Vital Moreira	H	66	PS	S&D	Doutoramento	Direito	Não	1

Quadro 2: Dados relativos aos deputados portugueses no PE – sexo, idade, partido e família política, educação, experiência prévia no PE (página anterior e actual)

Deputado	Partido	Nº de declarações	Declarações questões género	Declarações sobre questões de género
				%
Ana Gomes	PS	0	-	-
Edite Estrela	PS	334	8	2,4
Elisa Ferreira	PS	1	0	0
Regina Bastos	PSD	79	11	13,9
Graça Carvalho	PSD	343	8	2,3
M ^a Céu Patrão Neves	PSD	372	12	3,2
Marisa Matias	BE	39	9	23,1
Ilda Figueiredo	PCP	318	22	6,9
António Correia de Campos	PS	2	0	0
Luís Capoulas Santos	PS	2	0	0
Luís Paulo Alves	PS	342	13	3,8
Vital Moreira	PS	7	0	0
Carlos Coelho	PSD	167	10	6
José Manuel Fernandes	PSD	587	19	3,24
Mário David	PSD	125	5	4
Nuno Teixeira	PSD	210	2	1
Paulo Rangel	PSD	288	4	1,4
Diogo Feio	CDS	749	10	1,3
Nuno Melo	CDS	660	26	3,9
Miguel Portas	BE	53	6	11,3
João Ferreira	PCP	318	5	1,6
Rui Tavares	Ind.	3	1	33,3
Totais		4999	171	3,4

Quadro 3: Declarações de voto relativas a questões de género, valores absolutos e percentuais

Deputado	Ref. "questões de género"	(%)	Ref. Nacionais	(%)	Ref. económicas	(%)	Ref. laborais Cod. 4	(%)	Ref. IGV
	Cod. 1		Cod. 2		Cod. 3				
Ana Gomes	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Edite Estrela	45	0,2	10	0,05	63	0,31	46	0,23	1
Elisa Ferreira	0	-	0	-	0	-	0	-	0
Regina Bastos	48	0,39	12	0,1	46	0,44	68	0,68	2
Graça Carvalho	61	0,15	8	0,02	156	0,45	107	0,29	-
M ^a Céu Patrão Neves	37	0,07	21	0,04	138	0,3	113	0,25	5
Marisa Matias	29	0,65	2	0,04	6	0,15	7	0,16	1
Ilda Figueiredo	68	0,13	55	0,11	135	0,3	200	0,48	1
António Correia de Campos	0	0	0	0	3	1,02	1	0,29	0
Luís Capoulas Santos	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Luís Paulo Alves	36	0,09	12	0,03	168	0,49	89	0,24	0
Vital Moreira	0	0	0	0	4	0,45	2	0,19	0
Carlos Coelho	26	0,09	11	0,04	51	0,22	54	0,21	3
José Manuel Fernandes	50	0,06	32	0,04	341	0,44	188	0,25	6
Mário David	5	0,03	15	0,09	85	0,54	52	0,37	2
Nuno Teixeira	11	0,03	19	0,05	149	0,48	86	0,27	0
Paulo Rangel	2	0,01	16	0,06	119	0,51	47	0,23	2
Diogo Feio	71	0,07	54	0,06	258	0,32	165	0,21	4
Nuno Melo	44	0,06	24	0,04	329	0,57	196	0,36	3
Miguel Portas	22	0,37	4	0,07	18	0,36	12	0,23	1
João Ferreira	23	0,04	46	0,09	138	0,3	166	0,39	0
Rui Tavares	1	0,24	0	0	0	0	0	0	0
Totais	579	0,13	341	0,05	2207	0,38	1599	0,27	31

Quadro 4: Referências discursivas (análise de vocabulário) nas declarações de voto dos eurodeputados e eurodeputadas.
Percentagens obtidas em relação ao total de palavras usadas nas declarações de voto. Totais: soma das referências absolutas/ média das percentagens obtidas

	Relatório não-específico sobre questões de género	Relatório específico sobre questões de género	Violência sobre mulheres	Impacto da crise económica sobre mulheres	Impacto da pobreza nas mulheres	Emprego (desigualdades laborais, no geral)	Maternidade/leis laborais	Empresas (desigualdades de salários, hierarquia)	Agricultura (desigualdades de género)	Mulheres na relação com a vida familiar	IVG (visão negativa)	IVG (visão positiva)	Quotas (visão negativa)	Quotas (visão positiva)	Outros
Carlos Coelho	5	5	6	2	1	4	2	0	0	2	1	0	0	0	0
Diogo Feio	3	7	4	0	1	6	1	1	1	3	0	0	2	0	1
Edite Estrela	5	3	3	0	0	4	0	1	1	0	0	0	0	1	2
Ilda Figueiredo	10	12	9	3	4	13	4	7	2	1	0	1	0	0	4
João Ferreira	2	3	2	0	0	4	1	1	1	0	0	0	0	0	1
José Manuel Fernandes	7	12	5	4	1	12	1	6	1	1	2	0	2	0	5
Luís Paulo Alves	3	10	1	4	2	8	2	5	0	1	0	0	0	0	4
M ^a Patrão Neves	3	9	3	1	1	4	1	3	0	3	2	0	1	0	4
M ^a Graça Carvalho	3	5	4	1	0	4	0	1	1	0	0	0	1	0	4
Mário David	2	3	1	1	0	2	1	0	0	1	1	0	0	0	1
Marisa Matias	1	8	2	2	1	6	1	2	0	2	0	1	0	0	4
Miguel Portas	1	5	1	1	1	3	0	3	0	1	0	1	0	0	2
Nuno Melo	12	14	4	0	1	7	2	3	1	2	4	0	2	0	14
Nuno Teixeira	0	2	1	0	0	1	0	1	0	0	1*	0	0	0	0
Paulo Rangel	2	2	0	0	0	1	0	1	0	0	1	0	0	0	2
Regina Bastos	2	9	3	2	1	7	1	4	1	2	2*	0	0	0	4
Rui Tavares	1	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0
	62	109	49	21	14	87	17	39	9	19	14	3	8	1	52

Quadro 5: Distribuição de temas sobre questões de género, por deputado

LISTA DE GRÁFICOS

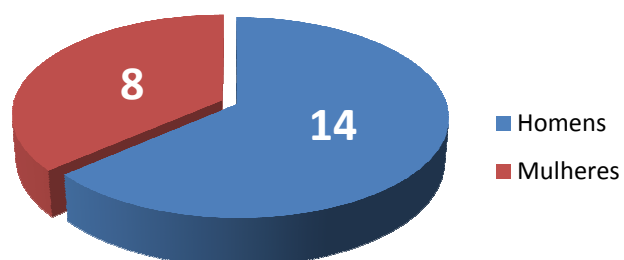


Gráfico 1: Análise da distribuição de eurodeputados portugueses, por sexo. Valores absolutos.

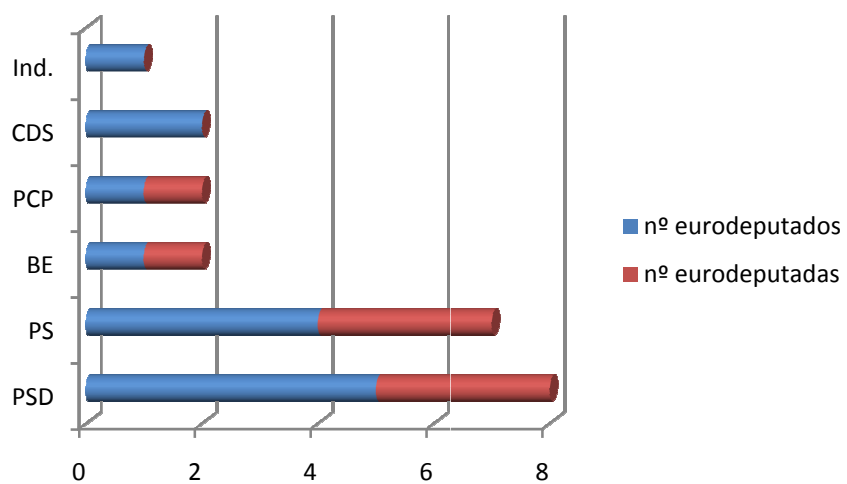


Gráfico 2: Número de eurodeputadas e eurodeputados, por partido político nacional. Valores absolutos.

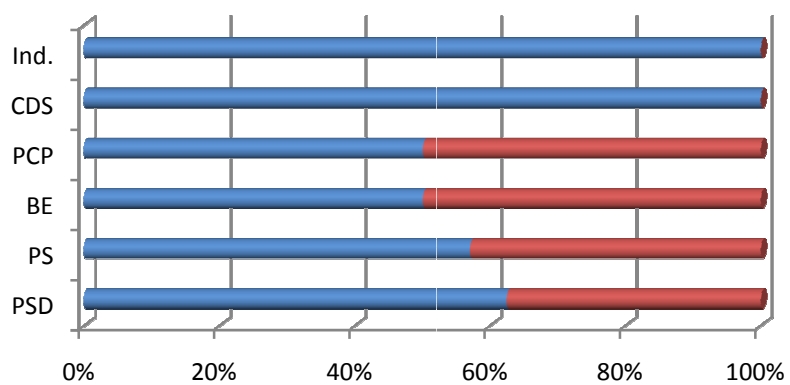


Gráfico 3: Relação entre eurodeputadas e eurodeputados, por partido e em percentagem.

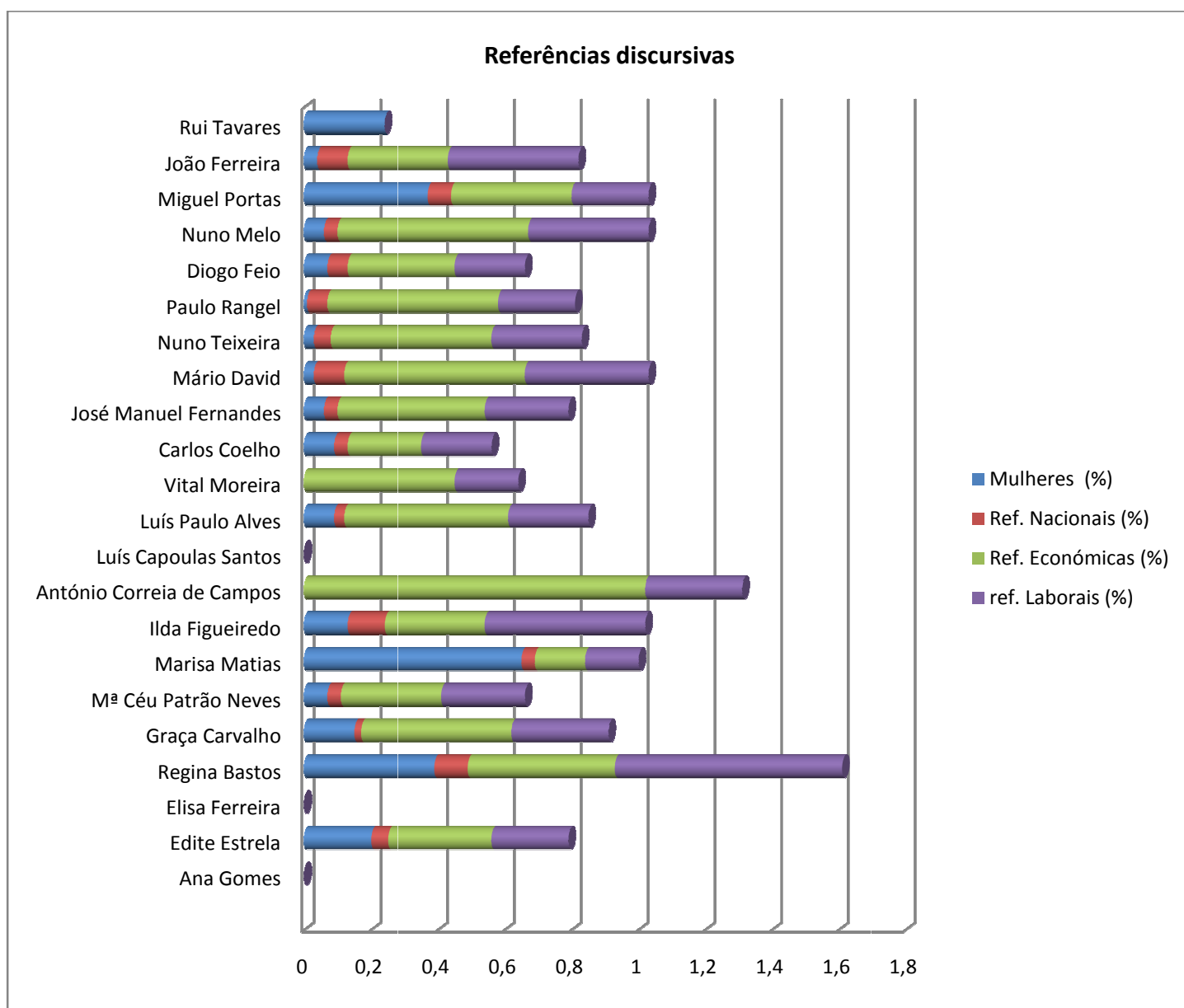


Gráfico 4: Percentagem de frequência das palavras codificadas dos diferentes conjuntos de codificação, por eurodeputado.

APÊNDICE A: ENTREVISTAS

1. Entrevista Ilda Figueiredo (PCP/GUE)

Considera-se uma feminista?

O termo feminista, como sabemos, tem hoje conotações que nem sempre são as mais correctas. E por isso eu digo que sou feminista se ser feminista significa lutar pelos direitos das mulheres e pela igualdade de oportunidades, pela dignificação do papel da mulher na sociedade em todas as áreas, pela sua emancipação, pela sua realização profissional, social e pessoal, em todos os planos. Como ser humano que é e como um ser humano dotado de direitos humanos, universais, que são conquistas da humanidade. Nesse campo e com este contexto sou feminista. Não tem nada a ver com outras visões que existiram ao longo da história e que são também passos importantes na luta pelos direitos das mulheres. Mas são às vezes vistos de uma forma parcial. E eu vejo os direitos da mulheres de uma forma global, como ser humano que é, com os mesmos direitos de qualquer ser humano. Uma conquista que resultou de várias lutas progressistas, de mulheres e homens, mas sobretudo das lutas que as mulheres fizeram ao longo da humanidade para terem os mesmos direitos. E não é uma luta homem-mulher, é uma luta comum na sociedade para adquirir os mesmos direitos e para adquirir o seu reconhecimento em todos os planos da vida.

Por isso há aqui aspectos que são uma luta comum na sociedade para alcançarem a emancipação também dos direitos dos trabalhadores e das trabalhadoras para alcançarem o reconhecimento do seu papel e a sua dignidade como pessoas que criam a riqueza e a quem deve ser atribuído um salário digno e todos os direitos que permitam também a sua realização como pessoas. Naturalmente que esta é uma luta conjunta de homens e mulheres, de todos os progressistas, pela transformação social. Mas depois sabemos que há nesta luta um outro plano, que resulta da forma como a sociedade se organizou ao longo dos anos. Resulta de uma visão patriarcal da sociedade, que não reconhecia à mulher também os mesmos direitos. Em Portugal isso foi claro durante muitos anos e designadamente durante o fascismo. Mesmo na República, onde as mulheres tiveram uma grande participação na luta pelos ideais republicanos, depois os dirigentes esqueceram-se bastante das mulheres e não lhes reconheceram a igualdade de direitos no plano político, mesmo que no plano da educação tenham feito esse reconhecimento. Mas depois no plano

político e social, e no plano da vida das mulheres, não o reconheceram. Mas o fascismo atrasou tudo isso porque retirou todos esses direitos e instaurou um retrocesso completo.

Portanto, é só depois da revolução de Abril, de 1974, que as mulheres voltam a ter o seu reconhecimento e desta vez até, pela primeira vez em Portugal, o reconhecimento dos seus direitos políticos, a igualdade de direitos. Portanto é uma luta longa na história e em Portugal com estes aspectos particulares. Mais, em Portugal, há alguns aspectos que demonstram bem como a luta pelos direitos das mulheres está intimamente ligada à luta pelo progresso social e à luta pelos direitos políticos, económicos, sociais e culturais de todos.

Mas é possível ver isto de forma diferenciada ou faz tudo parte da mesma luta?

Considero que há dois planos. Um plano geral da luta pela transformação social, pelo reconhecimento dos direitos de todas as pessoas, dos direitos fundamentalmente dos trabalhadores. No acesso aos bens sociais, no acesso a serviços públicos de qualidade, no acesso a salários dignos, no acesso a direitos. Essa é uma luta global e que em Portugal tem uma prova clara com a Revolução que ocorreu em 1974, em que foi possível esses ganhos de transformação social, não só pelo fim do fascismo no plano político, mas em todos os outros planos económicos, sociais, culturais, de participação democrática, que levaram a uma melhoria das condições de vida da população e a um reconhecimento dos direitos das mulheres, no plano constitucional. Portanto, este é um plano.

O outro plano é que, mesmo aí, não foram resolvidos todos os problemas específicos das mulheres. E vimos como foi longa a luta pelos seus direitos sexuais e reprodutivos. Eu estava na Assembleia da República e fui subscritora de três projectos-lei que foram um marco na luta pelos direitos das mulheres. Quando em 1982, apresentámos um conjunto de três projectos-lei: um sobre os direitos da maternidade e da paternidade, outro sobre a educação sexual e o planeamento familiar e outro sobre o direito à interrupção voluntária da gravidez em certas gravidez, tendo em conta causas diversas e incluindo causas económicas e sociais. São os três primeiros projectos de lei entregues em conjunto que abordam, em Portugal, esta questão da visão integral dos direitos específicos das mulheres, mas também os direitos da família, dos jovens, dos direitos da maternidade e da paternidade e do direito à interrupção voluntária da gravidez. Mas como sabemos, passaram-se depois muitos anos até que finalmente fosse concretizado, em todos os aspectos, estas três visões.

Portanto, há questões dos direitos das mulheres que estão ligadas à transformação da sociedade, aos direitos dos trabalhadores e aos direitos humanos, em geral. E depois há questões específicas que são

também direitos humanos e que dizem mais directamente respeito aos direitos das mulheres, como é este do direito à IVG. É o direito dela escolher o que quer da sua vida e do seu corpo. Neste sentido global destes direitos das mulheres, que eu defendi toda a minha vida, pode dizer-se que eu sou feminista.

Como vê a participação das mulheres na esfera política, na pele de eurodeputada?

Além de eurodeputada, fui deputada durante cerca de doze anos, entre 1979 e 1981. Fui também vereadora da câmara do Porto durante cinco anos. Entretanto, em 1999, fui pela primeira vez candidata ao PE, como cabeça-de-lista da CDU. Situação que vivi por mais duas vezes. E aqui já bati mais um *record* como a mulher que foi mais vezes cabeça-de-lista às europeias, em Portugal. Já fiz três campanhas nacionais nesse campo e estou há 12 anos no PE. É uma longa carreira política.

Há aqui várias questões na discriminação. Nos primeiros anos em que estive na política, fui candidata muitas vezes, ouvia muito nas ruas, sobretudo homens mas também mulheres – que era o que mais me doía – dizerem-me «vai mas é para casa tomar conta dos filhos, lavar as meias do marido». Ouvi isso muitas vezes. Quando eram os homens, não me incomodava nada. Mas quando eram mulheres a dizer-me isso, doía-me profundamente. Tudo isso passou com o tempo. Hoje ninguém me diz isso a mim, mas já ouvi outras mulheres dizerem-me que de vez em quando ainda surge uma «boca» dessas. Talvez no meu caso já tenham passado muitos anos e as pessoas habituaram-se.

Portanto, esta questão da participação das mulheres na vida política é muito complicada. E é uma luta dura para a sua afirmação. Mas hoje sinto o grande respeito que as pessoas têm, falando comigo com palavras amáveis e mesmo pessoas que não têm nada a ver com as orientações políticas que eu defendo. Houve grandes mudanças, grandes ganhos na nossa sociedade, no plano político. Embora ainda estejamos longe de ter em Portugal uma afirmação das mulheres na política, sobretudo em órgãos de Governo, dos Tribunais, na Presidência da República ou na própria Assembleia da República, onde as mulheres já têm uma participação maior mas ainda está longe de atingir a igualdade. Para não falar das autarquias locais, que, na minha opinião, são os casos mais gritantes e mais incompreensíveis. Porque os argumentos que usavam para dizer que a presença das mulheres na política seria complicado – por serem mães, tinham que estar longos tempos fora de casa, o que é verdade – não é verdade para as autarquias locais. Aí podem realizar todo um trabalho de proximidade. O que significa que não é esta causa para a falta de presença das mulheres nas autarquias locais. A causa naturalmente tem a ver com os estereótipos, a mentalidade e a cultura, que levam muito tempo a mudar.

Não basta consagrar na lei os direitos. É necessário exercê-los e lutar por eles na prática. E essa é uma mensagem que ao longo da vida tenho transmitido às mulheres: Não basta ter os direitos, é preciso exercê-los. Exerçam-nos. Porque se não, quando deram por elas, já não os tenham. Infelizmente isso está hoje outra vez a acontecer em Portugal, em vários planos. Sobretudo na área do trabalho, que é mais sensível para os direitos das mulheres. Está a ser muito difícil para uma jovem com estudos idênticos ao de um rapaz, conseguir um emprego digno devidamente remunerado, que respeite a sua formação e as suas necessidades e direitos, como ser humano que é.

E se é verdade que hoje a juventude tem bastantes problemas para conseguir um emprego digno, as mulheres são as mais afectadas e as estatísticas demonstram-nos. O que demonstra que o estereótipo de que as mulheres tinham mais dificuldade no acesso ao trabalho e na progressão da carreira porque tinham pior formação escolar também hoje não é verdadeiro. Hoje as jovens têm, em geral, maior formação escolar e nem por isso conseguem melhor os seus empregos com direito. Novamente volta a ser um reflexo da discriminação da sociedade, que não foi capaz de assegurar a concretização destes direitos. Num momento em que, no plano político, há um ataque aos direitos laborais, aos direitos sociais, aos direitos de quem trabalha, a mulher é a mais discriminada.

Como é que é a participação das mulheres no PE, quando comparada com a participação na Assembleia da República?

A diferença não é assim tanta. Aumentou ligeiramente mas não passa dos 30 por cento. É verdade que já tivemos duas mulheres presidente do PE, mas neste momento, com excepção dos Verdes, que vão fazendo uma partilha na responsabilidade do grupo, nenhum outro grupo tem mulheres na liderança. Portanto, não é uma questão fácil também. Eu sou vice-presidente do meu grupo e sou a deputada mais antiga do meu grupo, mas o presidente é um alemão que chegou nesta legislatura. Tem a ver também com presença nacional, mas são questões que ultrapassam qualquer dinâmica.

Ainda ontem foram eleitos três supervisores para a actividade económica e os três são homens. Houve quem chamasse a atenção para isso. Portanto, continua este processo de dificuldade de acesso das mulheres a cargos de chefia, de direcção, de promoção nos diversos níveis, designadamente no político (mas não só no político, como já reforcei).

Mas concorda, por exemplo, com a existência de quotas?

Em relação às quotas, tenho uma posição complicada. Porque, como princípio não concordo. Devíamos ter uma sociedade em que cada um assumisse as suas responsabilidades e cada um tivesse os seus direitos em plena igualdade, sem necessidade de quaisquer quotas. As mulheres são mais de 50 por cento da população e nos vários domínios deveria estar representada a esse nível. Não há razão nenhuma para que isso não aconteça e os partidos políticos deveriam fazer essa pedagogia e assumi-la no seu próprio seio e nas diferentes componentes. No meu partido, as listas em que participo, há 12 anos, para o PE, têm uma composição de no mínimo 50 por cento de mulheres. E, portanto, não é necessária a quota, é necessária uma pedagogia permanente.

A quota é discriminatória, à partida, porque não dá 50 por cento. No caso português são apenas 33 por cento, o que eu acho discriminatório. Depois, em segundo lugar, dizem-me que a quota seria necessária porque senão nem haveria mulheres. Eu admito que em certas circunstâncias e durante algum tempo possam ser usadas como um instrumento, mas não como um princípio. E por isso esta questão da quota, que vejo de uma forma complicada. E a minha alternativa é a defesa de uma pedagogia da igualdade, que o próprio Estado a promova nas escolas, na comunicação social, nos diferentes níveis da administração pública e que os partidos também a assumam como uma questão básica central da igualdade de direitos e da democracia, em Portugal. E então não seria preciso um sistema de quotas, é preciso é que isto se faça.

No PE está na comissão parlamentar dos direitos das mulheres. Foi uma opção sua? Porquê?

Tenho muitos anos de deputada e fiz parte da comissão para a igualdade, que nessa altura existia na Assembleia da República. Quando fui para o PE, também quis fazer da Comissão dos Direitos das Mulheres. Esta comissão tem um estatuto diferente no PE, porque é considerada uma comissão neutra. Ou seja, um deputado pode acumular a participação nesta comissão com a participação noutras. Isto porque cada eurodeputado só poderia ser membro efectivo de uma comissão permanente e suplente de outra. Depois há comissões provisórias que se vão formando ao longo de um ano. Mas depois há duas ou três comissões que podem ser acumuladas com as outras, as chamadas comissões neutras. E eu bati-me para que a comissão das mulheres continuasse a ser neutra e conseguimos. Podemos acumular a nossa participação nesta comissão com a participação nas outras comissões permanentes.

Eu sempre fiz parte desta comissão desde a primeira vez que fui eleita no PE, por reivindicação minha. Porque creio que a vida longa que tenho como política também está ligada a esta luta pelos direitos das mulheres e pelo incentivo à sua participação na vida política e social do país. E sempre que o meu

partido me punha essa questão de ser candidata eu tenho dificuldade de dizer que não. Porque se andava a incentivar outras mulheres a seguir a vida política, não podia deixar de dar o exemplo. E essa é uma das razões que leva a que ainda hoje tenha esta participação activa na vida política, na dimensão portuguesa e europeia.

Acredita que as eurodeputadas e as deputadas tenham um papel acrescido de representação das cidadãs?

Tudo depende da forma como cada um e cada uma exerce a sua responsabilidade. Eu exerço-a como sei e posso, mas sempre numa convicção profunda que a defesa dos direitos das mulheres é uma questão essencial e que é importante que as mulheres percebam e exerçam estes direitos também. Exerçam esta actividade sempre numa ligação à vida e aos direitos também das mulheres, com debates, com contactos e também no estrangeiro.

Da sua experiência, há comissões parlamentares que suscitem maior interesse das mulheres – ainda que de forma inconsciente –, ao contrário de outras?

Creio que não. No PE participam mulheres vindas de 27 Estados-Membros, com experiências muito diversas. Repare que nos países nórdicos, felizmente, as mulheres têm um grau de participação na vida política que atinge quase os 50 por cento. Nalguns casos até já ultrapassaram essa fasquia. Não apenas nos parlamentos, nas autarquias locais, mas também nos planos governamentais e na presidência da república. Portanto, há experiências muito diversas, logo elas assumem naturalmente as suas posições nas diferentes comissões, sem qualquer tipo de problema. Por acaso neste momento, na comissão dos direitos das mulheres a presidente é uma mulher do meu grupo, que é sueca e que faz um excelente trabalho. Eu sou coordenadora, no meu grupo, para as questões das mulheres, e trabalhamos em conjunto muito bem, nesta permanente luta pelos direitos das mulheres, na legislação, na chamada de atenção para os problemas, numa permanente acção.

Estou, neste momento, muito preocupada porque os ataques aos direitos que se estão a verificar nestas políticas anti-sociais estão a ter também reflexos nas mulheres. Há mesmo países que estão a alterar a legislação, até na área da interrupção voluntária da gravidez. Uma das exigências que estamos a fazer é que, em todas as leis da EU esteja considerada a perspectiva de género e o impacto nas mulheres destas políticas económicas e sociais e que estão a ser postas em vigor actualmente.

Recorda-se de, alguma vez, o seu sentido de voto ter ido contra o da bancada parlamentar por motivos de género e de defesa dos direitos das mulheres?

Não, porque o meu grupo é o que dá maior atenção a esta área. Como já lhe disse, a própria presidente da comissão parlamentar para os direitos das mulheres e da igualdade de género é uma deputada sueca que faz parte do meu grupo. Portanto, o meu grupo concorda connosco, apoia-nos e, de forma geral, é o grupo mais progressista no Parlamento Europeu em defesa destas questões e dos direitos das mulheres.

Que factor pesa mais na sua tomada de decisão política?

É este misto, porque eu luto e no meu grupo lutamos por isso, para que a presença do género esteja presente em todas as políticas, incluindo orçamentais, financeiras, económicas. Todas. E por isso essa é uma questão permanente na nossa intervenção.

Normalmente a questão do género na tomada de decisão é vista mais como um assunto relacionado com as eurodeputadas. Acredita que o género também é importante na tomada de decisão dos eurodeputados?

Eu creio que, para a maioria, não. Mas há alguns homens que têm isso em conta....

A maioria dos eurodeputados é, então, neutra?

Não sei se há aqui neutralidade. Em geral não pensam nisso, mas nós estamos lá para os obrigar a pensar. Mas hoje há muitos homens sensibilizados para estas questões. Não só porque é politicamente correcto, mas há mesmo hoje uma maior sensibilidade para reconhecer isso.

Acredita que há decisões políticas que sejam neutras em termos de género ou há sempre implicações a ter em conta?

Na política não há neutralidade. Ou se tem em conta as questões do género ou se deixa correr. E, portanto, não se muda a sociedade e mantém-se uma que não tenha em conta estas questões. Mas elas existem e estão presentes em toda a nossa vida. E como a discriminação ainda não está completamente abolida, se não tivermos permanentemente presente esta questão, estamos a reproduzir discriminação. E é por isso que temos que a ter sempre presente. Claro que há temas onde isto é mais visível e outros não, mas é importante ter sempre presente para que não se reproduza a discriminação que existe. Hoje a discriminação é menor na sociedade, de forma global, mas está novamente a aumentar nalguns sectores específicos, como no trabalho. Há alguns estereótipos que voltam a ter um peso excessivo na sociedade e isto demonstra que a vigilância tem que ser permanente e que é fundamental ter presente esta perspectiva de género numa luta contra a discriminação de todo o tipo – e não só de género, porque há outras discriminações na sociedade. Mas as discriminações de género são as mais transversais e são algo que se acumula. As mulheres de extractos sociais mais desfavorecidos às vezes são duplamente e triplamente discriminadas. Por isso esta questão deve estar sempre presente na sociedade e nas questões políticas.

2. Entrevista à Deputada Maria da Graça Carvalho (PSD/ PPE)

Considera-se uma feminista?

Não, não considero. Defendo sempre o direito das mulheres. Considero que é muito difícil, no plano de trabalho, conciliar a vida privada com a vida profissional. É fácil para os homens, para as mulheres é muito difícil. Há algumas exceções, mas poucas. As que conseguem é geralmente em áreas menos competitivas ou, sendo em áreas competitivas, normalmente contaram com ajuda no plano familiar. Existem exemplos de algumas laureadas com o Prémio Nobel, na área da Ciência, que o conseguiram tendo filhos e tudo. Contudo, se formos ler as suas biografias, são sempre pessoas que tiveram ajuda na vida familiar, ou porque tinham uma família grande ou porque tinham condições económicas para contratar ajuda. Mas esta não é a generalidade de condições das mulheres. Principalmente na área científica, torna-se muito difícil de conciliar ambas as vertentes, porque se trata de uma corrida contra o tempo. Há a questão da publicação, ver quem publica primeiro, por exemplo. E parar por um ano pode ser muito complicado em termos de competitividade na carreira científica. E esta é a situação, ainda hoje.

Como é o que fazer? Acho que há duas vias. Por um lado, há que criar mecanismos na sociedade para que haja uma maior ajuda, do ponto de vista de instituições, creches, da rede apoio com horário alargado. Por outro, talvez as novas tecnologias. A possibilidade do teleworking. Porque não a possibilidade das cientistas poderem controlar as medidas em que estão a trabalhar em laboratório, através de casa? Há estas duas vias que poderão contribuir para uma solução.

Mas se chamar feminista a alguém que em todas as suas decisões políticas tem sempre isso em consideração – a defesa das mulheres – então, serei [feminista]. Mas não me intitulo.

Mas mesmo assim, tem havido uma evolução na presença feminina no mundo científico?

Tem estado a mudar na base, mas não no topo. A maioria dos estudantes universitários são mulheres e estão na maioria na base da carreira científica. Mas quando se chega a professor associado ou a professor catedrático, as mulheres são uma pequena minoria. Eu sou a única professora catedrática em Engenharia Mecânica, em Portugal e Espanha. Não há mais nenhuma. E isto quer dizer alguma coisa. Os outros sectores são semelhantes. As mulheres estão na base, mas não no topo.

Por outro lado, há muitas mulheres a participarem em projectos de investigação a nível europeu, mas o número de mulheres a coordenar uma equipa de investigação é uma pequena percentagem. É essa volta que é preciso ainda dar.

Nunca se sentiu discriminada na sua vida profissional?

Não, nunca me senti discriminada nos concursos de acesso a carreiras. Mas a discriminação que existe é no dia-a-dia. Agora, há todo um conjunto das regras do jogo, dos horários, da necessidade da permanência em laboratório, das reuniões, da necessidade de viajar, que não é muito compatível com uma vida familiar.

E esta é uma situação específica em Portugal?

A questão das barreiras no acesso ao topo existem um pouco por todo o lado. Mesmo nos países com melhor protecção social, como nos países nórdicos, o número de mulheres nas áreas mais competitivas da investigação científica e em topo de carreira é muito pequeno. Este é um problema ainda não resolvido em todos os países.

Indo agora para um outro plano em que também está presente: a política. Também aqui a presença das mulheres é bastante inferior à dos homens, tal como no topo da carreira científica. Concorda com o sistema de quotas?

Nestas eleições tivemos quotas. Como eu disse, há mundos em que o caminho das mulheres tem sido difícil. Um deles é a ciência. Mas também a política e aí porque todas as regras são feitas por homens. A maior parte das reuniões são feitas tardíssimo. Os conselhos nacionais dos partidos prolongam-se até de madrugada. Muitas coisas são decididas em almoços e jantares. Não é o estilo de vida de uma mulher e, portanto, as mulheres sentem-se pouco atraídas por este tipo de vivência e estão pouco na política.

Porém, acho que é mais fácil de mudar estes aspectos no mundo político do que no mundo científico. No mundo científico há algumas exigências, até do ponto de vista da matéria que se está a investigar, que é muito difícil de mudar. No mundo político seria mais fácil.

Como princípio não sou defensora de quotas, mas acho que pode ser importante para, no início, vencer a barreira existente. É um meio para que depois se mudem as regras e mais mulheres se sintam atraídas pela política.

Dou-lhe um exemplo. No Conselho Nacional do Partido Social Democrata, em que são eleitas listas, são raríssimas as mulheres presentes nas listas. Para já, é mais difícil para as mulheres irem aos congressos, por causa de horários. Depois, as listas são feitas no sábado até às tantas. E há um grupo de amigos que se conhecem... É um mundo masculino. Mas isto tem que mudar, porque a política tem que representar a população toda.

Portanto, as mulheres em Portugal já são a maioria das licenciadas, a maioria das médicas, das juízas – e aqui é muito importante, é um avanço real. Agora falta a parte da carreira de topo académica e científica e a parte da política.

Pode-se, então, dizer que tem nadado contra corrente. Seguiu uma carreira académica numa área onde existem poucas mulheres e depois o mundo da política. O que motivou estas escolhas?

Para já escolhi esta área da engenharia porque gostava de matemática e física. E depois a ida para a política foi, de certa forma, natural. Era professora universitária e investigadora e fui ministra numa área de ensino superior e investigação. Quando deixei de ser ministra fui para a Comissão Europeia ser assessora do Presidente Barroso nestas áreas. E daí para o Parlamento Europeu, também nas mesmas áreas relacionadas com o meu *background* científico e técnico.

Quando toma uma decisão no Parlamento Europeu, há vários factores que intervêm. Por exemplo, a sua orientação política, o facto de ser portuguesa... O género também é um desses factores?

Sim, sim. Esta sempre presente. Em todas as matérias poderá haver uma influência. Por exemplo, estamos agora a fazer a revisão do Sétimo Programa Quadro e a promoção das mulheres na coordenação de projectos é uma área em que estou a trabalhar com muita força. Ou seja, existe sempre essa dimensão. E tudo o que aprovamos no Parlamento Europeu não existe separado das pessoas, e mais de metade das pessoas são mulheres. Eu tenho que ter isso em consideração e tenho sempre isso em consideração.

Pensa que é possível tomar decisões que sejam neutras em termos de género?

É difícil. Exactamente porque as decisões afectam pessoas e ao afectar pessoas, afectam as mulheres. E qualquer decisão pode afectar de forma diferente os homens e mulheres.

E em termos do próprio trabalho no PE. Sente que há Comissões Parlamentares que suscitam maior interesse das eurodeputadas, ou tudo depende do seu *background*?

Geralmente as áreas mais sociais e culturais têm mais mulheres. Geralmente, como eu escolho as áreas mais técnicas e estou na Comissão da Indústria e Energia e na Comissão dos Orçamentos, há uma presença maioritária de homens. Desde o meu curso, em que só éramos duas raparigas em 50 alunos, até depois todo o meu percurso profissional tem sido feito num meio essencialmente masculino. E nas comissões parlamentares também existe isso. Existem comissões com mais homens e outras com mais mulheres.

Ser-se mulher e a defesa dos direitos das mulheres é um ponto de união entre eurodeputadas de diferentes grupos parlamentares?

Sim, penso que sim. E há uma certa solidariedade. Tal como a nacionalidade também pode ser um ponto de união. Mas acho que os homens também fazem isso entre eles. *Boy network*...

Pensa que tem uma responsabilidade acrescida, por ser mulher, de defender os direitos das mulheres?

Sim, acho que há uma responsabilidade acrescida. E uma dificuldade acrescida. E algo que eu tento defender é os direitos das mulheres em todo o mundo. Estamos muito preocupadas com a situação das mulheres nos países árabes, nos países muçulmanos. E em qualquer outro país onde haja falta de liberdade ou ataques aos direitos das mulheres, o Parlamento Europeu é sempre muito atento e chama a atenção. E é um dos grandes valores da instituição, a sua preocupação pelos direitos humanos.

Pegando na questão das mulheres nos países árabes, como se poderá distinguir entre discriminação e violência de género ou algo cultural?

Acho que aqui o cultural e o social são uma forma de fazer com que as mulheres não se revoltam. Acho difícil que uma mulher use burka de livre vontade. Claro que se for desde miúda instrumentalizada e convencida de que isso é a sua religião e a sua herança cultural, mas é difícil porque é uma não-identidade, uma não-responsabilização perante a sociedade. Tenho algumas dúvidas sobre essa fronteira. Acho que é mais um instrumento para evitar a revolta e ajudar à aceitação por parte das mulheres.

E é importante distinguir entre direitos das mulheres e direitos humanos?

É, para dar mais força. Porque há assuntos que são específicos. Os direitos das mulheres poderiam ser tratados dentro da questão dos direitos humanos, mas assim dá uma maior visibilidade. Acho que, por isso, é importante.

Há pouco falávamos que as mulheres eurodeputadas tinham uma posição de defesa dos direitos das mulheres. Os homens actuam na política para defender os seus direitos?

Penso que têm uma posição mais neutra. Aliás, porque já têm os seus direitos garantidos.

3. Entrevista Carlos Coelho (PSD/PPE)

O que é para si ser feminista?

Eu não dou muito valor aos rótulos. Acho que é mais importante a substância. Agora percebo que quando haja discriminação as pessoas dão muito valor aos rótulos. Há línguas no PE onde não há distinção de género, porque as designações são perfeitamente neutras. Há outras em que se tem que fazer a diferença. E outras em que a semântica discute se é necessária ou não. Tivemos agora esse debate em relação à Assunção Esteves [Presidente da Assembleia da República] para perceber se se diria “presidenta” ou não. A maior parte dos linguistas diz que, em português, não faz sentido a distinção.

Mas, por exemplo, a presidente Dilma Rousseff, do Brasil, insiste em ser chamada de “presidenta”...

Pois, mas num português correcto não se diz “presidenta”, tal como não se diz “presidento”. Porque o “e” é neutro. Os puristas da língua dizem que esta diferença não se aplica. Mas sei que está questão é mais complicada quando não é tão evidente que se trata de uma palavra neutra. Mas acho que é mais uma questão de língua do que uma questão de política, ou de género.

Sente que é mais difícil para uma mulher chegar a lugares de decisão política ou torna-se cada vez mais fácil?

Acho que esta é uma questão geracional. Para um conjunto de gerações, a mulher tinha uma função social muito discriminada. Para os mais jovens isso não acontece. Por isso, é uma questão que tende a ser atenuada com as mudanças de geração.

Nesse sentido, a eleição de Assunção Esteves para presidente da Assembleia da República deu fortes sinais?

Acho sempre que uma mulher tem uma oportunidade de demonstrar o seu valor em funções e lugares que, até então, estavam exclusivamente de forma artificial reservadas para homem, isso é uma vantagem.

E é mais fácil chegar-se a eurodeputada do que a deputada nacional?

Isso varia muito conforme o país e conforme as circunstâncias. Hoje, por estranho que pareça, diria que em Portugal é mais fácil uma mulher com vontade ser deputada, do que um homem. Porque como temos a lei da paridade e um terço dos lugares estão reservados para pessoas de outro género... Na prática, em Portugal, é para mulheres, mas podia ser ao contrário. Isso significa que, como há menos mulheres com participação cívica na maior parte dos movimentos partidários, é mais fácil para uma mulher com vontade ser eleita, do que para um homem com vontade. Ou seja, o homem tem mais competição, enquanto uma mulher, para ocupar o seu lugar na quota, tem menos competição.

E concorda com as quotas?

Não, acho que as quotas são uma solução artificial. Tive muito essa discussão com a Dra. Leonor Beleza, porque as quotas podem criar para as mulheres um ónus negativo. Pode-se dizer que elas não são eleitas graças à sua mais-valia, mas porque uma quota determinou a sua eleição. Mas a Dra. Leonor Beleza fez-me ver que, em muito países ao longo da história, as quotas foram a única forma de ultrapassar a discriminação social. Foram um instrumento, um meio – ainda que provisório –, que determinaram o acesso das mulheres a posições que elas anteriormente não tinham. Portanto, ainda que sejam um instrumento indesejável, esteticamente menos apetecível, se contribuir para acabar uma discriminação, então temos de o suportar.

Faz parte, como membro suplente, da Comissão Parlamentar dos Direitos do Homem. Faz sentido ter sido criada uma Comissão específica para os Direitos das Mulheres?

A Comissão dos Direitos do Homem é entendida no seu sentido universal, dos direitos humanos. E há uma Comissão das Mulheres, a Comissão FEMM, que corresponde a uma lógica diferente, que é a de acabar com a discriminação. Está relacionada com a agenda de introdução do género nas políticas, do Parlamento Europeu. E o que é que a Comissão FEMM faz? Tende a repercutir em todas as áreas da legislação europeia uma preocupação feminina, para acabar com a discriminação. Se é necessário? Acho que a evidência dos factos, mostra que é necessário.

E o que é verdade é que quando olhamos para diferentes aspectos da legislação europeia, há espaço para uma maior atenção às mulheres. Por exemplo, a luta contra a pobreza. A pobreza é uma

realidade que está a crescer na Europa, em que se prova que as mulheres são mais afectadas por ela do que os homens. As mulheres tem necessidade de lutar mais pelos seus direitos do que os homens. As mulheres são mais vítimas da violência doméstica do que os homens. Ou a empregabilidade: num momento em que o desemprego está a subir, vê-se que as mulheres são mais afectadas pelo desemprego. Portanto, há um conjunto diverso de matérias, que podem ter a ver com o mercado interno, com o emprego, com a área da justiça e assuntos internos, com a investigação científica e muitas outras áreas, em que de facto há razão para haver uma atenção específica para as mulheres.

Considera que todas as áreas têm que ter essa preocupação? Não há nenhuma política que seja neutra em termos de género?

Acho que, de uma forma geral, todas as políticas podem ter uma expressão de género. Por exemplo, o combate ao crime é um tema transversal. Se eu quiser falar naquilo que hoje são as grandes linhas do crime internacional, eu tenho que eleger como as três principais o tráfico de pessoas. Uma das componentes mais substanciais é o tráfico de mulheres. Se temos que meter as mulheres em tudo? De uma forma absurda, terei que dizer que não. Agora, se nós virmos as realidades concretas, nós somos despertados para a evidência que as mulheres estão na primeira fila em muitas dessas dimensões.

O Parlamento Europeu tem um papel-chave na abordagem a estas questões?

Sim, o Parlamento tem uma agenda específica para a introdução das questões de género nas várias políticas. É um documento que está aprovado e publicado. E tem a ver com isto. Quando nós vemos a realidade concreta, temos de nos render à evidência que há um problema “mulheres”. Ele não resulta de uma agenda política ou do politicamente correcto, ela resulta da evidência da observação da realidade tal como ela se nos apresenta.

A que se deve o estatuto “neutro” da Comissão dos Direitos das Mulheres e Igualdade de Géneros?

As comissões a que chamamos neutralizadas surgem porque se chegou à conclusão que era muito difícil que os eurodeputados as escolhessem como primeira opção. No PE um eurodeputado só pode ser membro efectivo de uma comissão parlamentar. E nenhum homem queria investir a sua única opção na

Comissão das Mulheres. Então, durante muito tempo, houve várias comissões com este estatuto. Foram libertadas desse peso da comissão única.

Mas, mesmo assim, continua a haver uma maior presença de eurodeputadas do que de eurodeputados na Comissão FEMM...

É verdade. Mesmo assim não se conseguiu a paridade na Comissão das Mulheres, sendo actualmente uma comissão bem mais feminina do que masculina. O que não é desejável, mas como a função da comissão é chamar a atenção para a questão das mulheres, também não há um grande impedimento em ser uma comissão mais feminista.

E há comissões mais masculinas, onde há maior presença de homens do que de mulheres?

Hoje não, mas já houve. Houve uma altura em que a comissão da indústria ou da energia era “só para homens”. Hoje em dia quer na produção de ciência, com grandes investigadoras, quer na produção de grandes engenheiras, hoje já não há uma questão de género.

Mas isso não se reflecte nos lugares de gestão no sector empresarial...

No caso das administrações, houve recentemente uma Carta publicada em Portugal, subscrita pela vice-presidente da Comissão Europeia, Viviane Reading, e pela deputada pelo PSD Regina Bastos, sobre a necessidade de reformar o peso das mulheres exactamente na administração das empresas. Hoje, em Portugal, vê-se que, nos cursos superiores, a maioria são mulheres, já não há cursos “reservados” para homens. Mas depois, na posição de decisão, continuam a ser lugares muito masculinos. Há aqui uma assimetria.

Sendo membro da Comissão LIBE, há assuntos lá debatidos que têm que reflectir uma preocupação de género?

Dei-lhe o caso do tráfico de pessoas, que é talvez o caso mais flagrante na LIBE. Nós temos diversas projecções do crime internacional, mas uma das áreas em que o crime está a crescer muito é no tráfico de

peessoas. E isso envolve trabalho escravo, produção de material pornográfico, prostituição, ou extracção de órgãos. Em todos estes casos, as mulheres são maioritárias.

Depois, há uma grande aposta da Europa na questão dos direitos. A Europa orgulha-se de ser, no mundo, dos espaços onde os direitos das pessoas estão mais respeitados. E temos, não no âmbito da União Europeia, mas no âmbito da Europa cultural, com o Conselho da Europa, um Tribunal Europeu que é uma tutela de verificação dos direitos do Homem. A Europa, enquanto pátria dos direitos humanos, perpassa na LIBE toda uma dimensão do respeito pelos direitos humanos. Comparado com outras zonas do globo, somos um pouco um oásis dos direitos humanos.

E como vê a questão do véu islâmico na Europa?

Há duas dimensões na questão do véu. Eu sou favorável à liberdade religiosa, portanto não me assusta nada que uma pessoa tenha um sinal distintivo de uma religião. Agora há uma outra dimensão, que é a dimensão de segurança pública. Acho que, por uma questão de segurança pública, de forma geral, não deve ser permitido uma pessoa andar com a cara tapada. Porque não há formas de proceder a identificações. Um Estado de direito deve ter legitimidade para recusar que haja pessoas de cara tapada, seja com véu ou com uma máscara, no espaço público. Não é uma questão de discriminação religiosa, é uma questão de princípio. Portanto, se houver uma discriminação específica para proibir o véu islâmico, acho mal. Mas concordo com uma legislação que proíba que pessoas andem na rua de cara tapada. A minha abordagem não é de discriminação religiosa, mas de segurança pública.

Custa-me a perceber países em que as mulheres são tratadas como cidadãos de segunda. Bem sei que a interpretação do islamismo não considera essa discriminação, mas o que é verdade é que há muitos países islâmicos que permitem a excisão do clítoris, a proibição de condução por parte de mulheres, o uso obrigatório do véu ou *burka*. Isto é criminoso.

Voltando ao PE, é rotineiro que uma eurodeputada faça, no seu discurso, referências à situação das mulheres?

Hoje menos, mas acontece. Sobretudo quando há momentos que o justificam. Aquilo que é uma realidade discriminada tende a ter necessidade de afirmar a sua legitimidade. O que é consensual deixa de ter essa necessidade. E por isso hoje sente-se menos as eurodeputadas a invocarem a sua condição de

mulher. Admito que das primeiras vezes fosse necessário às eurodeputadas reforçarem a sua posição, mas hoje é normal. Já é pacífico. Há uma aceitação muito grande e isto já não se põe em causa.

Que factores pesam na sua tomada de decisão?

É uma mescla. Se o interesse do país estiver em casa, a lealdade nacional fala mais alto. Depois são as minhas causas, depois é a lealdade partidária. De uma forma geral, tenho a solidariedade partidária e tenho também os *trade-offs*. Ou seja, numa matéria que não colide com os interesses nacionais ou com a minha actividade programática, negoceio.

É uma realidade diferente da Assembleia Nacional?

No Parlamento nacional é totalmente diferente e o que vale é a disciplina partidária. Nalguns casos, a consciência nacional, mas não há espaço para mais nada. O Parlamento nacional é muito mais partidarizado do que o Parlamento Europeu. Por exemplo, é muito comum, em Bruxelas, os deputados comunistas votarem com os deputados do PSD quando o interesse que está em causa é Portugal. É uma lógica diferente.

Sente que as eurodeputadas têm o género como factor da tomada de decisão?

Há muitas solidariedades no PE que estão fora dos países e das bancadas parlamentares. Por exemplo, as pessoas que são mais ou menos favoráveis à defesa do ambiente, ou as pessoas que são a favor do movimento LGBT, etc. Chamamos-lhe *intergroups*, grupos informais formados entre pessoas de vários grupos políticos, mas que têm algo em comum. Entre as mulheres, é natural que criem situações de cumplicidade e haja maior proximidade em questões de género, comparado com os homens.

Como é que vê a questão do género no Parlamento Europeu?

A questão de género é uma questão útil para o Parlamento Europeu. Vem enriquecer a nova dimensão da Europa. A Europa teve na procura da paz o seu impulso político. Mas depois desse impulso fundador, a Europa foi sobretudo uma construção económica. As grandes conquistas da Europa, foram conquistas da Europa da economia. É com Maastricht e com o conceito de cidadania europeia que nós

dizemos que a Europa não pode ser apenas a Europa dos mercados, mas tem que ser a Europa das pessoas. E, nesse aspecto, as mulheres vêm trazer uma mais-valia. Portanto, a questão do género é útil e vem enriquecer a lógica da Europa das pessoas. É útil para a Europa que quer evoluir, que quer ser uma Europa dos cidadãos. Não se surpreende que o PE tenha abraçado de alma e coração esta temática e enriquecer aquilo que é uma tendência da Europa dos nossos dias.

Em segundo lugar, já falámos do Tribunal Europeu dos Direitos do Homem. A Europa só é dos direitos humanos se for universal. Sob este ponto de vista, a questão do género vem enriquecer esta abordagem transversal. A Europa dos direitos não o pode ser senão responder com eficácia à questão de género.

E depois há a questão de *national branding*. Quando nós “vendemos” a imagem de um país, é importante ter várias “prateleiras” onde temos um bom desempenho. E a igualdade de género é, aqui, um ponto importante. A questão de género é importante para vendermos a imagem de Portugal.

Numa outra dimensão, há uma questão estratégica. Se eu tiver mais sensibilidade para a questão de género, posso “vender” melhor aquilo que interessa a Portugal. Portanto, posso usar a questão de género em nome do interesse nacional, como arma estratégica para defender Portugal. Eu não estou apenas a usar o género porque é politicamente correcto, porque é moralmente aconselhado, porque politicamente é justificável, mas também porque é estrategicamente conveniente. É uma questão utilitária.